



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 01340/2026
(à MPV 1340/2026)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Fica instituído o Voucher Caminhoneiro, um programa de auxílio financeiro direto destinado aos Transportadores Autônomos de Cargas (TACs) devidamente cadastrados no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC) da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a destinar até 20% (vinte por cento) do limite financeiro estabelecido no caput do art. 2º para a concessão de auxílio financeiro direto ao Transportador Autônomo de Cargas (TAC) devidamente cadastrado no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC):

I – o benefício de que trata o caput será regulamentado por ato do Poder Executivo, que definirá o valor mensal, a periodicidade e os critérios de elegibilidade, visando mitigar os impactos da volatilidade do preço do óleo diesel.”

JUSTIFICAÇÃO

A IMPORTÂNCIA DO CAMINHONEIRO NA DISTRIBUIÇÃO DE CARGAS NO BRASIL

Os Transportadores Autônomos de Cargas (TACs) desempenham papel fundamental na logística brasileira e na sustentação da economia nacional. O transporte rodoviário é responsável por aproximadamente 63% de todas as cargas movimentadas no país, o que demonstra a enorme dependência do Brasil em relação ao trabalho dos caminhoneiros. Sem a atuação desses



profissionais, o abastecimento de mercadorias seria rapidamente comprometido, afetando diretamente a economia e a vida da população. Diante dessa realidade, é fundamental reconhecer que o caminhoneiro exerce uma função estratégica para o país e, por isso, deve ser amplamente protegido e valorizado pelas políticas públicas do Estado.

Grande parte das mercadorias consumidas no Brasil depende do transporte rodoviário para chegar ao destino final. Alimentos produzidos no campo, combustíveis distribuídos para os postos, medicamentos destinados a hospitais e farmácias, insumos industriais e produtos de consumo chegam aos centros urbanos por meio do trabalho diário dos caminhoneiros. O transporte rodoviário possui uma característica essencial que nenhum outro modal consegue oferecer com a mesma eficiência: a capacidade de alcançar praticamente todos os municípios brasileiros, incluindo pequenas cidades, áreas rurais e regiões distantes dos grandes centros.

A importância do caminhoneiro também se revela quando se observam os impactos de eventuais paralisações da atividade. Em poucos dias podem surgir desabastecimento de alimentos, escassez de combustíveis, paralisação de indústrias e dificuldades no fornecimento de medicamentos. Isso evidencia que o caminhoneiro não é apenas um prestador de serviço logístico, mas um agente essencial para o funcionamento da economia e para a estabilidade social do país.

Além disso, o transporte rodoviário de cargas movimenta bilhões de reais por ano e sustenta uma ampla cadeia econômica. A atividade do caminhoneiro gera renda e movimenta setores como postos de combustível, oficinas mecânicas, comércio de peças e pneus, restaurantes, hotéis, empresas de seguros e serviços logísticos. Dessa forma, o caminhoneiro autônomo contribui diretamente para o desenvolvimento econômico de diversas regiões do Brasil.

A atividade também possui forte impacto social. O Brasil possui cerca de um milhão de transportadores autônomos registrados, além de milhões de empregos indiretos ligados ao transporte de cargas. Para muitos trabalhadores, especialmente aqueles com menor acesso à formação formal, a



profissão de caminhoneiro representa uma importante oportunidade de renda, trabalho e sustento familiar.

Do ponto de vista estratégico, o transporte rodoviário é indispensável para o abastecimento nacional. A produção agrícola brasileira depende do transporte por caminhões para chegar aos centros consumidores, enquanto combustíveis produzidos em refinarias precisam ser distribuídos para milhares de municípios em todo o território nacional. O mesmo ocorre com medicamentos e equipamentos hospitalares, cuja distribuição depende diretamente da atividade dos caminhoneiros.

Embora existam outros modais de transporte, como ferrovias, hidrovias e transporte aéreo, nenhum deles possui a mesma capacidade de alcance, flexibilidade e cobertura territorial que o transporte rodoviário. Por essa razão, o caminhoneiro permanece como o principal responsável pela integração logística do país.

Diante desse cenário, torna-se evidente que o caminhoneiro exerce uma função essencial para o funcionamento da economia brasileira. Por isso, cabe ao Estado reconhecer essa importância e adotar políticas públicas que garantam condições dignas de trabalho e sustentabilidade econômica para essa categoria. A proteção ao caminhoneiro não deve ser vista como benefício isolado, mas como uma medida estratégica para garantir o abastecimento nacional, preservar empregos e assegurar o funcionamento da economia.

Nesse contexto, destaca-se a importância de medidas como o **Voucher Caminhoneiro**, instrumento que busca garantir condições mínimas de estabilidade econômica para os transportadores autônomos em momentos de forte aumento de custos operacionais, especialmente relacionados ao combustível. O Voucher Caminhoneiro não deve ser considerado um gasto social, mas sim um investimento na infraestrutura logística nacional.

Sua adoção se justifica por diversos fatores. Em primeiro lugar, pela essencialidade da atividade, uma vez que os caminhoneiros movimentam cerca de 63% das cargas do Brasil e, sem sua atuação, a economia nacional enfrenta riscos de paralisação. Em segundo lugar, pela ausência de alternativas viáveis



para substituir o transporte rodoviário, que permanece como o único modal capaz de alcançar todo o território nacional com flexibilidade e eficiência.

Além disso, o setor contribui significativamente para a economia, representando parcela relevante do Produto Interno Bruto e gerando milhões de empregos diretos e indiretos. Soma-se a isso o papel estratégico do caminhoneiro para a segurança nacional, uma vez que o abastecimento de alimentos, combustíveis e medicamentos depende diretamente da continuidade do transporte rodoviário.

Também se destaca a legitimidade da atuação do Estado na proteção dessa categoria. O caminhoneiro contribui para a arrecadação pública por meio de diversos tributos e, portanto, é razoável que o poder público adote medidas de proteção quando a atividade é impactada por crises econômicas ou aumentos abruptos de custos que fogem ao controle do trabalhador.

Dessa forma, proteger o caminhoneiro autônomo significa proteger a economia brasileira, garantir o abastecimento da população, preservar empregos e fortalecer a estabilidade social do país. O apoio a essa categoria representa um investimento estratégico que gera retorno econômico e social para toda a sociedade.

Referências técnicas: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) – Estatísticas do RNTRC; Confederação Nacional de Transportadores Autônomos (CNTA); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran); Ministério da Infraestrutura; Banco Central do Brasil.

Sala da comissão, 19 de março de 2026.

